



DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Amagis reforça diálogo com os três Poderes

GEORGIA BAÇVAROFF



RENATA CALDEIRA / TJMG



MANOEL MARQUES / IMPRENSA MG



Maurício Soares com Herbert Carneiro e diretoria do TJMG, Adalclever Lopes e o governador Fernando Pimentel

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, abriu o ano reforçando o diálogo com os três Poderes para reafirmar a defesa da classe e a aprovação de projetos que aprimorem o Judiciário e valorizem a Magistratura no Estado e em Brasília, onde matérias trazem risco de retrocesso institucional. **PÁGINAS 3 A 5**

Diretoria prioriza segurança dos fóruns

TIAGO PARRELA



Maurício Soares e Elise Silveira no Fórum de Matozinhos

Como aconteceu em Unáí em dezembro, o presidente da Amagis foi à Comarca de Matozinhos, no dia 25 de janeiro, para prestar apoio à juíza Elise Silveira dos Santos, após tentativa de homicídio em frente ao Fórum. Maurício Soares avaliou as instalações do prédio e defendeu mais investimentos em segurança. **PÁGINA 6**

Começamos a escrever neste mês um novo capítulo de conquistas

MAURÍCIO SOARES*

Com os mesmos compromissos assumidos, abrimos o ano de 2017 com ações dedicadas à defesa dos magistrados e dos projetos de interesse da classe que voltam a tramitar, neste mês, na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional. Durante o período de recesso, fizemos o dever de casa possível, reafirmando a interlocução com os três poderes, em Minas, com o objetivo de evitar retrocessos e buscar avanços.

A partir deste fevereiro, nosso campo de intensa atuação será Brasília novamente, com a reabertura dos trabalhos e presença de novos atores, já que haverá mudanças de comando no Senado Federal. As expectativas são melhores do que as do ano passado, porque superamos a etapa mais difícil, adiando em alguns casos, e evitando em outros, a aprovação de projetos que afetam garantias e direitos da Magistratura e de enfraquecimento do Judiciário.

“Reforçaremos e provaremos a justeza de nossas argumentações e reivindicaremos e rejeitaremos tentativas de desmoralizar o Judiciário”

Outro fator que nos estimula é que os embates fortaleceram a união e organização entre as Associações de magistrados e com o Ministério Público e, a partir daí, com o Congresso Nacional. Em vez de confrontos, mostraremos que estamos preparados para o debate e dispostos a dele participar como protagonistas dos rumos do Judiciário e da classe nas discussões dos projetos de interesse do Sistema de Justiça e das carreiras jurídicas.

Sem diálogo, erram todos, levando a situações de flagrantes inconstitucionalidades, como a apreciação de projetos que ignora o posicionamento e experiência daqueles que melhor conhecem as necessidades do Judiciário e seu papel social e institucional. Tanto foi assim que lideranças da Câmara dos Deputados, quando conheceram e entenderam nossos argumentos, retiraram, no último dia de traba-

lhos legislativos de 2016, dispositivos que afetariam a Magistratura e o Ministério Público durante a aprovação do Projeto de Lei Complementar 257/2016, que tratava da renegociação da dívida dos estados. Caso fossem mantidos, mexeriam no fundo do Judiciário entre outras medidas que comprometeriam a autonomia, a gestão e a administração dos tribunais.

Nossa posição era e continua sendo a conhecida e intransigente defesa dos direitos e garantias da classe. Não aceitaremos ser novamente excluídos do debate, quando temas como subteto, reforma da Previdência e a criminalização da ação judicante estarão na ordem do dia. Queremos discutir cada pormenor de projetos como o PLP nº 6.726/2016, que visa a regulamentar o limite remuneratório imposto pelo teto constitucional aos agentes públicos; o PLS 280/16, que trata do abuso de autoridade; a PEC 62/2015, que prevê a desvinculação do reajuste dos subsídios dos ministros do

STF, e a PEC 63/2013, que trata do restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS ou VTM), valorizando a dedicação à carreira.

Reforçaremos e provaremos a justeza de nossas argumentações e reivindicaremos e rejeitaremos tentativas de desqualificar ou desmoralizar o Judiciário em função de questões políticas ou de outra ordem. São situações paralelas e escusas que ignoram as perdas inflacionárias acumuladas nos subsídios da classe há mais de cinco anos. Começamos, a partir deste fevereiro, a construir o novo ano com a convicção da importância dessa etapa na construção do Judiciário e da Magistratura que queremos e que a sociedade reclama. A participação e parceria de todos os magistrados são a base e força de nossos pleitos e conquistas. ■

(*) Presidente da Amagis

ÍNDICE DECISÃO!

Reuniões fortalecem diálogo com três Poderes

PÁG 03

Presidente denuncia ações contra o Judiciário

PÁG 04

Querem enfraquecer o Judiciário

PÁG 05

Integração com a Magistratura

PÁG 06

Amagis apoia juízas e quer mais segurança

PÁG 07

Sistema Prisional

PÁG 08

ENM busca integração entre os três Poderes

PÁG 09

Fundação realiza cirurgias gratuitas

PÁG 11

Superlotação nos presídios

PÁG 15

Caminhos Literários

PÁG 16

Regras das colônias

PÁG 17

SAÚDE!

Febre Amarela preocupa Minas

PÁG 23

Demonstrativo do IR está disponível no site

PÁG 24

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Júnior

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíza José Martinho Nunes Coelho

Vice-presidente do Interior:

Juíza Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juíza Ricardo Torres Oliveira

Diretor-Secretário:

Juíza Christyano Lucas Generoso

Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Reuniões fortalecem diálogo com três Poderes

Presidente da Amagis participa de encontros em Minas antes de ir a Brasília

No início deste ano, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reuniu-se com representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Minas Gerais. No dia 27 de janeiro, ele reuniu-se como o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, para conversar sobre os provimentos e designações que o Tribunal deverá realizar em maio deste ano.

O encontro foi realizado após reunião, no dia 18 de janeiro, na sede da Amagis, com um grupo de juízes substitutos. Participaram da discussão, o vice-presidente Financeiro da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior; a vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixôto; o vice-presidente de Interior, juiz Antônio Carlos Parreira, e o juiz Thiago Colnago, juiz auxiliar da presidência do TJMG.

Ainda em janeiro, no dia 12, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, e o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reuniram-se com o governador Fernando Pimentel para discutir assuntos de interesse do Judiciário e da Magistratura.

Durante o encontro, foram discutidos o sistema penitenciário, questões orçamentárias e de repasse do duodécimo, e, por fim, o cumprimento da Lei Estadual 21.720 / 2015, que dispõe sobre a utilização de depósitos judiciais em dinheiro, tributários e não tributários, realizados em processos vinculados ao TJMG. Cinco dias depois, por iniciativa do presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro, o Estado de Minas Gerais e o Banco do Brasil chegaram a um acordo para honrar o pagamento de determinados alvarás judiciais já emitidos.

No dia anterior, 11 de janeiro, os presidentes do Tribunal e da Associação reuniram-se com o presidente da Assembleia Legisla-

MANOEL MARQUES / IMPRENSA MG



Fernando Pimentel, Herbert Carneiro e Maurício Soares durante reunião

Pelo menos

7

projetos de interesse da Magistratura tramitam no Congresso Nacional

tiva de Minas Gerais, deputado Adalcleber Lopes, para conversar sobre a tramitação de projetos de interesse da Magistratura e do Poder Judiciário.

Também participaram do encontro na Assembleia Legislativa, o desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga e os deputados estaduais Lafayette de Andrada e João Magalhães.

CONGRESSO NACIONAL

A partir deste mês, o presidente da Amagis retoma a rotina de viagens a Brasília, onde juntamente com Associações de Magistrados de todo o País, como a AMB, atuará para impedir a aprovação de projetos que enfraqueçam o Judiciário e afetem garantias e direitos da classe.

Entre os projetos que, com o fim do recesso parlamentar, devem retornar à pauta do Congresso Nacional, estão as propostas que regulamentam o limite remuneratório dos servidores (PLS 449/2016), altera a Lei de Acesso à informação para obrigar a divulgação das remunerações pagas aos agentes públicos (PLS 450/2016), que configura improbidade administrativa para pagamento acima do teto (PLS 451/2016) e põe fim à automaticidade dos reajustes (PEC 62/2015).

A proposta de alteração da lei de abuso de autoridade (PLS 280/2016) irá tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado após requerimentos dos sena-

dores Antônio Carlos Valadares, Álvaro Dias e Randolfo Rodrigues retirarem o regime de urgência do projeto. A CCJ ainda deverá indicar um relator para a proposta.

A atuação das Associações, articuladas na Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), obteve avanços importantes no final de 2016, com a retirada de dispositivos do PLP 257/2016, que tratou da renegociação das dívidas dos estados, que iriam impor uma série de limitações aos Tribunais. A interrupção da tramitação do pacote anticorrupção (PL 4.850/2006), desfigurado em votação na Câmara dos Deputados, foi outra importante vitória da Magistratura no último ano. ■

Presidente denuncia ações contra o Judiciário

Maurício Soares publica artigo na Imprensa em defesa da Magistratura



REPERCUSSÃO ENTRE OS MAGISTRADOS

“Extremamente oportuna a reflexão trazida pelo desembargador Maurício Soares, porquanto revela à sociedade os evidentes riscos de eventual aprovação de leis que pretendem, nitidamente, obstaculizar os inquestionáveis e imprescindíveis avanços no combate à corrupção. Parabéns ao desembargador e à Amagis, sempre em defesa da sociedade e da Magistratura.”

Juiz Maurício Simões Coelho Júnior
– Comarca de Abre Campo

“Concordo plenamente com o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que a proposta de lei de abuso de autoridade é uma tentativa de retaliação à atuação ativa do Poder Judiciário no combate à corrupção. Não podemos nos intimidar!”

Juiz Eduardo Henrique de Oliveira Ramiro
– Comarca de Belo Horizonte

“Caro Presidente, endosso integralmente seus argumentos, com felicidade de ser por Vossa Excelência representado. Texto claro, nada retorcido, coloca tudo no seu devido lugar. Parabéns! Abraço fraterno!”

Juiz Bruno Terra Dias – ex-presidente da Amagis

“Quero parabenizar nosso presidente pela coragem e pela propriedade de seu artigo. Nós magistrados agradecemos mais esta ação em prol da Magistratura mineira. Muito obrigado!”

Juiz José Maria dos Reis
– Comarca de Divinópolis

“Desembargador Maurício Soares, receba o nosso aplauso pela bem elaborada e precisa manifestação em defesa da Magistratura como um todo. Estou do seu lado e exponho o meu integral apoio a essa sua empreitada.”

Juiz Ubiratan Brasil Teixeira – aposentado

“Caro presidente, excelente o artigo. V. Exa., que tem a autoridade necessária para expor a matéria com a clareza que o fez, terá sempre o apoio da Magistratura para continuar desempenhando essa árdua missão.”

Juiz Ramon Moreira – Comarca de Formiga

Mesmo com o recesso nos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, a Amagis manteve a defesa do Judiciário e valorização da magistratura em contraposição à campanha que visa legitimar retrocessos na Justiça, na ordem do dia.

Além do contato permanente com lideranças associativas de todo o País, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, publicou artigo na Imprensa (jornal Estado de Minas, no dia 9 de janeiro, e no site da revista eletrônica Consultor Jurídico, no dia 15 de janeiro).

No texto intitulado “Querem enfraquecer o Judiciário”, o presidente da Associação denunciou setores do Congresso Nacional que pretendem criminalizar a ação judicante, tentando aprovar propostas como o PLS 280/2016, que prevê punições a crimes de abuso de autoridade, e desvincular o reajuste nos subsídios da classe.

Maurício Soares argumentou que o sistema de subsídios, instituído em 2005, tem sido descumprido de forma sistemática, causando perdas de mais de 40% nos vencimentos da magistratura. Ele reafirmou também a alta produtividade dos juizes brasileiros, confirmada pela pesquisa ‘Justiça em Números’ do Conselho Nacional de Justiça.

Leia a íntegra do artigo do presidente da Amagis na página ao lado, reproduzido na editoria Painel da Magistratura, do jornal DECISÃO. Essa seção é reservada aos magistrados que tenham interesse em publicar artigos de opinião. Os textos devem ter no máximo 4 mil caracteres e podem ser enviados para imprensa@amagis.com.br. ■

QUEREM ENFRAQUECER O JUDICIÁRIO

Criminalizar a ação judicial é uma tentativa de retaliar Magistrados

MAURÍCIO SOARES*

De tempos em tempos surgem tentativas de desmoralizar o Judiciário e de transformar a magistratura em bode expiatório de crises, como a atual, agravada por problemas de gestão e de malfeitos, além de buscar enfraquecer as instituições responsáveis pelo histórico combate à corrupção. Por essa razão, não podemos aceitar nem permitir, por exemplo, a aprovação de projetos que visam, exclusivamente, afetar a classe, subtraindo direitos e criminalizando a ação judicante. É nosso compromisso buscar avanços, como também evitar retrocessos constitucionais e institucionais.

Ainda assim, setores do Congresso Nacional pretendem criminalizar a ação judicante (abuso de autoridade) e realizar pesquisa em torno dos chamados supersalários no país. O Judiciário tem total interesse em corrigir distorções que, eventualmente, sejam identificadas, mas nenhuma dessas iniciativas pode ser realizada como instrumento para pressionar ou constranger juízes e membros do Ministério Público.

O projeto que tramita no Senado sobre abuso de autoridade é um ensaio para intimidação e amordaçamento, afetando diretamente a independência judicial e travando as atividades da polícia e do Ministério Público. Se virar lei, inviabilizaria investigações como as operações Lava-Jato, Zelotes e Pandora, entre outras.

Além disso, a proposta ofende a Constituição Federal, a Lei Orgânica da Magistratura e a do Ministério Público, que garantem prerrogativas invioláveis, e agride a interdependência dos poderes da República e o Estado Democrático de Direito.

Sobre os vencimentos e vantagens, os magistrados não recebem ganhos acima do teto constitucional, como vem sendo alardeado.

Não há registros dessa natureza na realidade das carreiras jurídicas e acúmulos ilegítimos de aposentadorias. Ao contrário. Desde a instituição do sistema de subsídios, em 2005, o dispositivo constitucional que garante corre-

reconhecimento à dedicação à carreira e capaz de assegurar anual recomposição dos subsídios, sempre nos termos da Constituição Federal e das leis.

Diferentemente dos outros poderes, o Judiciário é o único que

“NÃO PODEMOS ACEITAR NEM PERMITIR, POR EXEMPLO, A APROVAÇÃO DE PROJETOS QUE VISAM, EXCLUSIVAMENTE, AFETAR A CLASSE, SUBTRAINDO DIREITOS E CRIMINALIZANDO A AÇÃO JUDICANTE”

ções anuais, para manter o poder de compra dos vencimentos dos magistrados, foi seguidamente descumprido em pelo menos cinco anos, causando perdas de mais de 40%.

Antes desse sistema, os consecutivos desrespeitos aos vencimentos geraram diferenças e atrasos já reconhecidos por decisão transitada em julgado (URV e equivalência, entre outros), que,

conta com um órgão de controle interno, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem por missão aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito à transparência administrativa e processual.

O CNJ é o órgão mais isento e adequado para conter os casos destoantes no âmbito do Poder Judiciário, sendo relevante tam-

“TENTARAM EM VÃO DESQUALIFICAR A PRODUTIVIDADE DOS JUÍZES BRASILEIROS PERANTE A DE OUTROS PAÍSES. NOVAMENTE, O RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS (2016), DO CNJ, CONFIRMA QUE O MAGISTRADO BRASILEIRO É O QUE MAIS JULGA NO MUNDO”

quando pagos, sempre de maneira parcelada, acarretam críticas e desconfiças em mais uma manifestação que ignora direitos.

Há muito defendemos a instituição de um projeto de remuneração estável, transparente, equilibrado, com

bém que o Legislativo e o Executivo se voltem para os que lhes dizem respeito. Não recebemos nenhuma discussão sobre salários e muito menos debates éticos, esperando que o Congresso não desvirtue seus trabalhos. Do contrário, a inicia-

tiva representaria tão somente o desrespeito à autonomia e independência do Judiciário e do Executivo.

Também tentaram em vão desqualificar a produtividade dos juízes brasileiros perante a de outros países. Novamente, o Relatório Justiça em Números (2016), do CNJ, confirma que o magistrado brasileiro é o que mais julga no mundo. No ano passado, foram 1.757 processos julgados por juiz. Os italianos julgam, em média, mil por ano; os espanhóis, 700, e os portugueses, 400.

Ser magistrado é viver em meio a condições adversas, tanto com relação à intensa e itinerante ação judicante e seus riscos quanto à compreensão da importância social da classe e de seus direitos. Respeitamos posicionamentos contrários, mas criminalizar a ação judicial e investigar seus salários, entre outras iniciativas, são tentativas explícitas e vãs de constranger ou retaliar juízes e membros do Ministério Público, especialmente no momento em que protagonizam histórico combate à corrupção. ■

(*) Presidente da Amagis. Artigo publicado no *Jornal Estado de Minas* e na revista eletrônica *Consultor Jurídico*.

Integração com a Magistratura

Presidentes reúnem-se com juízes no Fórum Lafayette

Cientes de que 2017 será um ano importante para a Magistratura e para o Poder Judiciário, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, reuniram-se, no dia 27 de janeiro, com os juízes no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, na sala da Amagis, para conversar sobre os desafios que deverão ser enfrentados pela classe nos próximos meses. Entre os temas abordados estiveram o orçamento para o ano de 2017 e o empenho do Tribunal na aplicação do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

O encontro foi realizado logo após a reunião da Associação e do TJMG como juízes substitutos, no gabinete da presidência do Tribunal, e encerrou uma série compromissos da Amagis, promovidos em janeiro, com o Governo de Minas, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e o próprio Tribunal de Justiça, que tiveram como objetivo discutir projetos de interesse da Magistratura e intensificar a interlocução com os três Poderes (*leia mais na página 3*).

A reunião foi importante ainda para fortalecer a integração da Magistratura, reforçada desde início da atual administração com o processo de gestão itinerante, que já passou por 12 comarcas do interior do Estado, e que neste ano

TIAGO PARRELA



Encontro com magistrados no Fórum Lafayette

GEORGIA BAÇVAROFF



Reunião com juízes substitutos no TJMG

leveu o presidente Maurício Soares às Comarcas de Monte Carmelo (Triângulo Mineiro), Matozinhos (Grande BH) e Unaí.

O corregedor-geral de Justiça, desembargador André Leite Praça; o diretor do Foro de Belo Horizon-

te, juiz Marcelo Fioravante; diretor secretário da Amagis, juiz Christyano Generoso, e a diretora do Parque Esportivo da Amagis, juíza Riza Aparecida Nery, também participaram da reunião como os juízes no Fórum Lafayette. ■



Há 61 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira conta com espaço próprio na internet!

Amagis apoia juízas e quer mais segurança

Presidente foi a Matozinhos e Monte Carmelo prestar solidariedade

TIAGO PARRELA



Elise Silveira e Maurício Soares

AMAGIS



José Martinho, Tainá Cruvinel e Maurício Soares

TIAGO PARRELA



Maurício Soares avalia instalações do Fórum de Matozinhos

Com o avanço da violência, cresce também a preocupação com a segurança dos fóruns. No dia 25 de janeiro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, foi à Comarca de Matozinhos (Grande Belo Horizonte) para prestar apoio à juíza Elise Silveira dos Santos, da 2ª Vara Cível, após tentativa de homicídio na porta do Fórum.

Depois dos disparos o jovem alvo do atentado se escondeu no Fórum para se proteger do crime. Ninguém ficou ferido, mas o ocorrido causou pânico entre os frequentadores e funcionários do prédio.

Após conversar com a juíza Elise Silveira, o presidente da Amagis conheceu as instalações do Fórum e identificou algumas inconsciências na segurança do prédio e voltou a defender a necessidade de mais investimentos na área.

No dia 27 de dezembro, o presidente da Associação foi à Comarca de Unai (Noroeste de Minas) para acompanhar pessoalmente os trabalhos do Centro de Segurança Institucional do TJMG com relação à ameaça sofrida pela juíza Fernanda Laraia Rosa. A magistrada estava de plantão, quando um homem armado com dois facões entrou no Fórum, procurando pela magistrada. O indivíduo agrediu a segurança, que o deteve logo em seguida.

MONTE CARMELO

As viagens às comarcas do interior tornaram-se uma rotina na atuação do presidente da Amagis, que, no dia 17 de janeiro, acompanhado do vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, juiz José Martinho Nunes Coelho, esteve na Comarca de Monte Carmelo (Triângulo Mineiro) para reafirmar a confiança na atuação da juíza Tainá Silveira Cruvinel.

O presidente da Associação destacou a importância do diálogo e do respeito mútuo, mas repudiou atitudes que buscam desvalorizar e desqualificar o trabalho dos juízes mineiros. "Não há em sua conduta (Tainá Cruvinel) e trajetória profissional, como ficará provado, quaisquer atos que desabonem sua atuação ou que sejam motivo de reparo pelo TJMG, Corregedoria de Justiça ou Conselho Nacional de Justiça", afirmou Maurício Soares por meio de nota pública. ■

Sistema Prisional

Presidente da Amagis reúne-se com secretário de Estado

GEORGIA BACVAROFF



Reunião na Cidade Administrativa

Em meio à crise do sistema penitenciário brasileiro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reuniu-se, no dia 20 de janeiro, com o secretário de Administração Prisional de Minas Gerais, Francisco Kupidowski, desembargador aposentado do TJMG e membro do Conselho Gestor da Amagis Saúde.

Participaram também do encontro na Cidade Administrativa, sede do Governo de Minas, o vice-presidente de Aposentados e Pensio-

nistas da Amagis, juiz José Martinho Nunes Coelho, e o presidente da Comissão de Segurança da Associação, desembargador José Osvaldo Corrêa Furtado Mendonça. Na ocasião, foram abordados os problemas e desafios do sistema penitenciário. ■

Amagis lamenta morte de Teori Zavascki

Ministro foi exemplo de juiz vocacionado e de conduta idônea e ilibada

A morte trágica do ministro Teori Zavascki (1948-2017), do Supremo Tribunal Federal, no dia 19 de janeiro, em um acidente aéreo em Paraty, no Rio de Janeiro, deixou a Magistratura brasileira conster-nada.

Por meio de nota, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, manifestou a solidariedade e condolências da Magistratura mineira aos familiares do ministro.

No texto, o presidente da Associação

NELSON JR / SCO-STF



Ministro Teori Zavascki

destacou o exemplo que ficará para todo o País, a seriedade e firmeza de um juiz vocacionado, que como membro da Suprema Corte, e em toda sua atuação judicante, sempre demonstrou conduta idônea e ilibada. ■

TJMG vai à Prefeitura de BH

Presidente do Tribunal realizou visita de cortesia ao prefeito de BH

CLÁUDIA LIMA



Encontro na PBH

O presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, encontrou-se, no dia 13 de janeiro, com o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil. Participaram o desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, os juízes auxiliares da Presidência, Antônio Carlos Parreira, Carlos Donizetti Ferreira e Thiago

Colnago, e o procurador-geral de Belo Horizonte, Tomáz de Aquino Resende.

No dia 20 de janeiro, o presidente do TJ e os juízes auxiliares da Presidência Thiago Colnago e Carlos Donizetti visitaram o secretário municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, Cláudio Beato. ■

ENM busca integração entre os três Poderes

AMB



Juiz Marcelo Piragibe, presidente da ENM, durante reunião que discutiu os cursos de 2017

Fazer da Escola Nacional da Magistratura (ENM), da AMB, um foro de debates acadêmicos dos temas de interesse nacional. Esse é um dos objetivos fixados pelo diretor-presidente da Escola, juiz Marcelo Piragibe Magalhães, para quem uma série de demandas poderiam ser evitadas a partir de um conhecimento científico disseminado pelas escolas dos Três Poderes.

O tema foi abordado na primeira reunião da nova direção da Escola, realizada no dia 17 de janeiro, quando ficou decidido que uma comissão da

Comissão irá estreitar contato com as escolas do Executivo e Legislativo



“Iremos oferecer cursos, conferências, aulas virtuais e presenciais e debates. Enfim, tudo que for possível para melhor subsidiar qualitativamente os magistrados”
juiz Marcelo Piragibe

ENM será formada para entrar em contato com as escolas dos Poderes Executivo e Legislativo, em busca de um estreitamento das relações entre as instituições.

Segundo Piragibe, consolidada a interlocução, a proposta preserva e aprofunda a função primordial da ENM que é a atualização e formação continuada dos magistrados. “Iremos oferecer cursos, conferências, aulas virtuais e presenciais e debates. Enfim, tudo que for possível para melhor subsidiar qualitativamente os

magistrados no exercício da nobre e sensível função julgar”, disse.

Outro ponto importante apontado pelo diretor-presidente da Escola é a integração das escolas das Justiças Estadual, Trabalhista, Federal, Militar e Eleitoral. De acordo com ele, com a atuação do saudoso ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, a Reforma do Judiciário de 2004 deu destaque para a formação dos juízes, abrindo caminho para a criação das escolas judiciais, que seguiram modelos diferentes.



“Cabe à ENM ajudar na busca deste desiderato e na construção para formação de um modelo comum a toda a Magistratura, independentemente de sua origem”
juiz Marcelo Piragibe

“Cabe à ENM ajudar na busca deste desiderato e na construção para formação de um modelo comum a toda a Magistratura, independentemente de sua origem”, afirmou.

Na reunião do dia 17 de janeiro, foi discutido o cronograma de atividades da ENM. A oferta de cursos foi definida de acordo com os interesses dos juízes, a avaliação dos associados, procura dos temas e a partir do levantamento dos assuntos relevantes para o Judiciário nesse momento. A grade de cursos é dinâmica e pode ser atualizada conforme a necessidade da Magistratura. ■

RÁPIDAS

★ O desembargador Wanderley Salgado de Paiva tomou posse, no dia 25 de janeiro, como membro efetivo do Órgão Especial do TJMG. O magistrado passou a ocupar a vaga decorrente da aposentadoria do desembargador José do Carmo Veiga de Oliveira.

★ O 1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais homenageou, no dia 23 de janeiro, os desembargadores Jair José Varão Pinto Júnior e José Amancio de Sousa Filho, e o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos com a Medalha Coronel Otávio Campos do Amaral, a maior honraria da unidade.

Affonso Ávila

Benito Barreto



comunicato.com.br

Estes autores já publicaram na

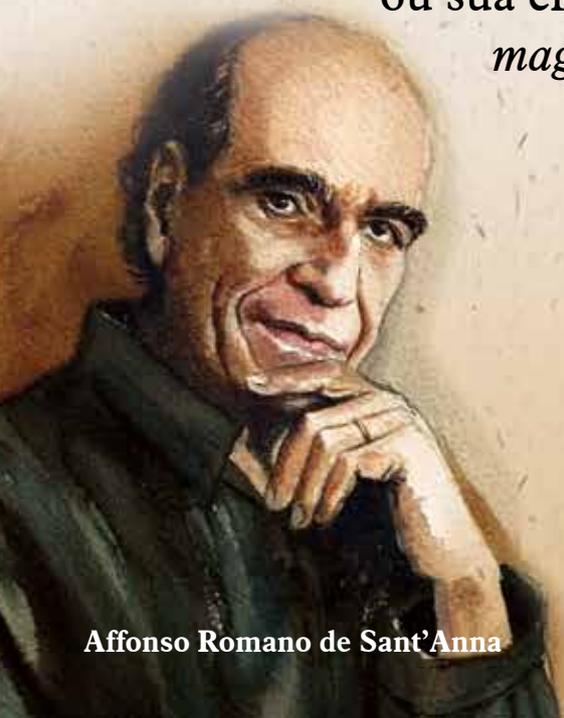
MagisCultura
Mineira

**Junto com eles, muitos juízes e
desembargadores mineiros.**

Agora falta você também publicar!

**Mande seu conto, seu poema, seu artigo
ou sua crônica para a próxima edição.**

magiscultura@amagis.com.br



Affonso Romano de Sant'Anna



Adélia Prado

Fundação realiza cirurgias gratuitas

Criada em 1990, Fupec conta agora com o apoio da Magistratura

AMAGIS



Alcino Lázaro da Silva

Idealizada em 1990, pelo professor emérito da Faculdade de Medicina da UFMG, Alcino Lázaro da Silva, atualmente, a Fundação de Pesquisa e Ensino e Cirurgia (Fupec) realiza, em média, 600 cirurgias por ano em pacientes do SUS, desde a inauguração do bloco cirúrgico do Hospital Cristiano Machado, em Sabará, na região metropolitana de Belo Horizonte.

Comprometida com o avanço das pesquisas em cirurgia geral, antes de se instalar em uma das alas do Hospital Cristiano Machado, a Fundação já vinha se dedicando à promoção de cursos e palestras e, dos dias 20 a 22 de abril deste ano, promoverá o 26º Congresso Minas-Brasil de Cirurgia Geral, na Capital Mineira.

No hospital, a Fupec desenvolve suas atividades com o trabalho voluntário de médicos, e conta em sua equipe com a participação de médicos residentes e estagiários do curso de medicina, contribuindo assim para a formação de profissionais que irão atuar na área de saúde.

Na avaliação do professor Alcino, a cirurgia geral pode dar uma base mais sólida na formação dos médicos, mesmo que venham atuar como especialistas. Durante a residência, os médicos realizam pequenas cirurgias, operam sob a su-

perisão do preceptor e participam de reuniões clínicas para discutir os casos de cada paciente.

A solidariedade tem ampliado o caráter social da Fundação e, hoje, com o apoio da Associação dos Voluntários e Amigos da Fupec, o hospital tem recebido cadeiras de rodas, muletas, cobertores e até roupas para os pacientes mais necessitados do bloco cirúrgico.

Foi com esse sentimento de solidariedade que a esposa do desembargador Pedro Bernardes de Oliveira, Regina Isabel Bengtsson Bernardes, tomou a iniciativa de ajudar a promover, em outubro de 2016, no Salão de Festas da Amagis, show beneficente da banda "On The Rock Roff Ban", formada por magistrados mineiros em favor da Fupec.

O professor Alcino contou que, com o dinheiro arrecadado, foi possível comprar um bisturi elétri-

co, que garante mais precisão nas operações, e suprimentos utilizados nos procedimentos cirúrgicos. Desde então, a Amagis e a Magistratura mineira têm apoiado a Fupec, divulgando suas ações e colocando a estrutura da Associação à disposição do projeto.

Aos 80 anos, o professor Alcino traça metas ambiciosas para a Fundação, como a construção de um centro de tratamento e terapia intensiva no hospital, ampliando assim a capacidade de cirurgias que são realizadas na instituição, e a criação de um centro de pesquisa em cirurgia experimental, para poder aprofundar os estudos em cirurgia geral.

Os interessados em contribuir com a Fupec podem obter mais informações pelos e-mails alcinolazarodasilva@gmail.com, bdeoti@gmail.com ou pelo telefone (31) 98513-2682. ■

DIVULGAÇÃO

Ala da Fupec no Hospital Cristiano Machado



DIVULGAÇÃO

Sala de cirurgia da fundação



NOVOS MAGISTRADOS

Recém-empossados, juízes destacam orgulho pela conquista

GEORGIA BAÇVAROFF E TIAGO PARRELA

Bahia, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. **O Brasil está muito bem representado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais com a chegada de 25 novos juízes neste ano, vindos dos mais diversos Estados da federação, e de variadas experiências, com um objetivo comum: conferir a celeridade e a efetividade aos processos e buscar a humanização da Justiça.**

Cleiton Luis Chiodi é da cidade de Xaxim, em Santa Catarina. Antes de escolher a Magistratura, foi assessor jurídico no TJSC. Tomou gosto pela judicatura porque vê na carreira a última trincheira do Estado Democrático de Direito. “É o Judiciário o guardião da nossa jovem democracia constitucional”, disse.

Escolheu Minas Gerais por causa da notoriedade e tradição do Tribunal de Justiça mineiro, “um dos mais respeitados e influentes no cenário jurídico nacional”. Dedicção é a palavra de ordem para o juiz Cleiton no exercício da carreira. Além da celeridade na prestação jurisdicional, ele destacou, como de fundamental importância, a adoção de medidas inovadoras e criativas, como o processo digital, além da capacidade de colocar-se no lugar do outro. “Não se pode perder de vista que a missão maior do Judiciário é realizar justiça e humanizar o Direito. Do contrário, os juízes, em seu ato de julgar, poderiam ser facilmente substituídos por máquinas”, observou.

PACIFICAÇÃO SOCIAL

Nascida na capital de São Paulo, Sibeles Cristina Lopes de Sá Duarte apontou a necessidade da modernização do Poder Judiciário estadual, como tem sido feito em

Minas Gerais por intermédio do processo judicial eletrônico e da implantação do sistema eletrônico para auxiliar na execução da pena, bem como outras medidas tomadas no sentido de levar estrutura material e humana para as unidades jurisdicionais do Estado.

Os investimentos nessas áreas fazem parte dos motivos que levaram Sibeles a optar pela Magistratura mineira, além “da qualidade das decisões e da atuação do TJMG”. Para ela, o maior desafio será solucionar os conflitos de forma célere e efetiva, para atingir o principal objetivo da Justiça que é a pacificação social. Para isso, ela defende uma aproximação do Poder Judiciário com o jurisdicionado, comunidade e instituições e a participação efetiva das partes na solução dos conflitos.

Bruno Moya Raimundo também veio de São Paulo para Minas Gerais. A Magistratura foi uma escolha natural para ele, que, durante muito tempo, con-

NOVOS JUÍZES:

- ▶ Thales Flores Taipina
- ▶ Renato Polido Pereira
- ▶ Cleiton Luis Chiodi
- ▶ Luciana Mara de Faria
- ▶ Marco Anderson Almeida Leal
- ▶ Karine Loyola Santos
- ▶ Sibeles Cristina Lopes de Sá Duarte
- ▶ Tatiana de Moura Marinho
- ▶ Renan Bueno Ribeiro
- ▶ Manoel Jorge de Matos Júnior
- ▶ Carlos Pereira Gomes Júnior
- ▶ Luciana de Oliveira Torres
- ▶ Frederico Bordon de Castro
- ▶ Anne Rose do Prado Souza
- ▶ Thiago Guimarães Emerim
- ▶ Bruno Moya Raimundo
- ▶ Rodrigo Fernando Di Gioia Colosimo
- ▶ Marié Verceses da Silva Maia
- ▶ Flávia Braga Corte Imperial
- ▶ Rodrigo Martins Faria
- ▶ Tiago Benetton Rossiti
- ▶ Roberto Troster Rodrigues Alves
- ▶ Manoel Carlos de Gouveia Soares Neto
- ▶ André Luiz Alves
- ▶ Felipe Ceolin Lirio



GEORGIA BAÇVAROFF



**Diretoria
apresenta
Amagis
aos novos
juízes**

viveu no ambiente jurídico, acompanhando o pai advogado. A possibilidade de atuar de forma direta e positiva na vida das pessoas é uma das virtudes da profissão, segundo Bruno. “O jurisdicionado deposita na figura do juiz a expectativa de apaziguar seus conflitos. O magistrado nunca pode se esquecer de que a missão de pacificar social é seu verdadeiro propósito”, afirmou o magistrado.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Das delegacias do Distrito Federal para o TJMG. Depois de exercer a carreira de delegado da Polícia Civil da capital federal, Renato Polido Pereira optou pela Magistratura pela possibilidade que o juiz tem de atuar na administração da Justiça, outorgando o justo concreto e dando a cada qual o seu direito.

Foi também a possibilidade de garantir os direitos dos jurisdicionados e,

desta forma, promover melhorias concretas na sociedade, que levou Luciana Mara de Faria a optar pela Magistratura. Natural de Belo Horizonte, a juíza espera contribuir para reduzir o alto volume de acervo processual do TJMG com rapidez e eficiência, oferecendo uma prestação jurisdicional com qualidade e celeridade.

Bem mais que a realização de um sonho pessoal, a busca pela Magistratura é uma opção feita pensando no próximo, na busca de uma sociedade mais pacífica, com menos conflitos. Para Anne Rose do Prado Souza, também natural de Belo Horizonte, o grande desafio, como magistrada, será reverter a visão de parte da população de que a Justiça é lenta, parcial e ineficaz. “Devemos mostrar ao jurisdicionado que ele pode bater nas portas da Justiça porque esta lhe será assegurada, e seu pleito será analisado e julgado de forma independente, imparcial, ética e humana”, reforçou a magistrada.

Fazer a diferença na vida das pessoas, levar a Justiça a quem dela necessita, contribuindo significativamente para a pacificação e o avanço nas relações sociais são também a expectativa do juiz Carlos Pereira Gomes Júnior, que é natural de Santa Luzia (Grande BH). Para ele, a Magistratura, mais do que qualquer outra profissão, oferece ao profissional do Direito um leque de opções capaz de transformar para melhor a realidade da sociedade. Foi por isso que a escolheu como carreira. A enorme quantidade de processos, segundo o juiz Carlos Pereira, é o maior desafio. No entanto, isso não o desanima. “Fico ainda mais motivado por saber que estarei contribuindo com o povo de nosso Estado”, reconheceu ele.

GARANTIDOR DO ESTADO DEMOCRÁTICO

Aplicar o Direito, tendo por base a Constituição Federal, é a maneira com a qual o Judiciário contribui para minimizar os efeitos da crise institucional, política e econômica pela qual passa o

“DEVEMOS MOSTRAR AO JURISDICIONADO QUE ELE PODE BATER NAS PORTAS DA JUSTIÇA PORQUE ESTA LHE SERÁ ASSEGURADA, E SEU PLEITO SERÁ ANALISADO E JULGADO DE FORMA INDEPENDENTE, IMPARCIAL, ÉTICA E HUMANA”

JUÍZA ANNE ROSE
DO PRADO SOUZA

“O JURISDICIONADO DEPOSITA NA FIGURA DO JUIZ A EXPECTATIVA DE APAZIGUAR SEUS CONFLITOS. O MAGISTRADO NUNCA PODE SE ESQUECER DE QUE A MISSÃO DE PACIFICAR SOCIAL É SEU VERDADEIRO PROPÓSITO”

JUIZ BRUNO
MOYA RAIMUNDO

país, de acordo com o juiz André Luiz Alves, mineiro de Sete Lagoas (Central). Para ele, o Judiciário é o refúgio da sociedade, que clama por dias melhores e, para isso, precisar ter seus direitos constitucionalmente previstos e garantidos.

“A partir do momento em que o Judiciário, em meio à crise, consegue manter o Direito íntegro e coeso, demonstrando suas decisões baseadas na garantia dos Direitos Fundamentais e pautadas no Estado Democrático de Direito e nos princípios republicanos, a sociedade se sente segura de que o Estado vai garantir sua dignidade e prezar por cumprir todos os objetivos constitucionais, sobretudo, a busca pelo bem de todos”, declarou.

Do Espírito Santo, o juiz Felipe Ceolin Lirio sonhava com a carreira desde criança, incentivado pelo pai, advogado, e pelo tio, membro do Ministério Público Federal. O carinho por Minas Gerais e pelo povo mineiro o trouxe para o TJMG. “Minhas expectativas são as melhores possíveis”, adiantou ele.

FORMAÇÃO INICIAL

Ao todo, 25 novos juízes se somarão aos magistrados mineiros na busca pela efetiva prestação jurisdicional. A nova turma foi empossada no dia 13 de janeiro, pelo presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, em solenidade que contou

com a presença do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares. Após a posse, os novos magistrados foram recepcionados no Salão de Festas da Amagis.

No dia 16 de janeiro, os novos juízes iniciaram o Curso de Formação Inicial na Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), que será concluído em maio deste ano. A partir daí, eles serão designados para atuar nas comarcas, dando início às atividades jurisdicionais.

AMAGIS

No dia 24 de janeiro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, acompanhado de membros da diretoria, apresentou a Associação e seu trabalho em prol da Magistratura aos novos juízes.

Na ocasião, Maurício Soares destacou as ações desenvolvidas pela Amagis, em âmbito estadual e nacional, na defesa dos direitos e prerrogativas, na luta pela manutenção das conquistas e na busca por melhores condições de trabalho a fim de garantir a todos uma justiça cada vez mais célere e eficaz.

Entre outros temas, falou sobre a Comissão de Segurança da Associação e a forma com a qual ela trabalha em parceria com o Centro de Segurança Institucional do TJMG (Cesi), sobre a estrutura da Associação tanto em Belo Horizonte, o CAMT e o parque esportivo, além das seccionais no interior e das Colônias de Férias, que ficam à disposição dos associados.

SAÚDE

Ao apresentar aos novos juízes o plano da Amagis Saúde, a vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Luzia Peixôto, destacou que ele é o maior patrimônio da Magistratura mineira. Além de receber, por nove vezes seguidas, a avaliação da ANS, considerando o Amagis Saúde como modelo de plano de autogestão, o plano da Amagis tem excelência no atendimento aos associados tanto na sede quanto nos hospitais e clínicas conveniadas.

O vice-presidente de Interior da Amagis, juiz Antônio Carlos Parreira; o desembargador Alberto Diniz Junior, vice-presidente Financeiro da Amagis; o juiz José Martinho Nunes Coelho, vice-presidente de Aposentados e Pensionistas; e o juiz Christyano Generoso, diretor secretário da Amagis também apresentaram o trabalho de suas pastas aos novos juízes. Todos saudaram os novos juízes, desejando êxito na carreira e falaram da importância do espírito associativo na vida do juiz. ■

IZABELA MACHADO



Posse dos novos juízes no TJMG

Superlotação nos presídios

Descentralização e reincidência contradizem taxas de prisões provisórias

LUIZ SILVEIRA / AGENCIA CNJ



Presídios brasileiros funcionam em condições precárias

Superlotação, falta de investimentos, condições de vida sub-humanas e disputas entre facções criminosas. Esses são alguns dos problemas apontados para tentar explicar a crise do sistema penitenciário brasileiro que, no início deste ano, foi palco do massacre de presos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (67 mortos), em Manaus (AM), e na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (33 mortos), em Boa Vista (RR).

Diante da gravidade da situação, a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, solicitou aos presidentes de Tribunais de Justiça de todo o País, em reunião realizada no dia 12 de janeiro, o número

preciso de processos penais não julgados nos Estados. Com um índice estimado em 40% da população carcerária, que hoje é de 622.202 detentos, as prisões provisórias são apontadas como um dos principais problemas da superlotação nos presídios brasileiros.

Para o desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, que representou o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, na reunião no STF, do total de presos considerados provisórios, aproximadamente 250 mil, é importante observar que parte deles pode estar encarcerada por já ter alguma condenação ou ser reincidente.

O juiz auxiliar da Presidência do TJMG,

Thiago Colnago Cabral, apontou ainda que, como os sistemas e dados dos diferentes órgãos são compartimentados, aumenta-se a possibilidade de equívocos na classificação dos presos provisórios. Para ele, além disso, não se pode atribuir o aumento do índice de encarceramento pela atuação dos juízes, que é balizada pela lei. "O Congresso Nacional aumenta o rigor do tratamento penal, e isso, consequentemente, aumenta o número de encarcerados, mas sem que haja uma redução da criminalidade", afirmou.

Na avaliação do magistrado, o sistema prisional vale quase como um "remédio" para problemas sociais do País, na medi-

da em que todas as estruturas de proteção social para impedir as práticas criminais falharam. Thiago Colnago citou como exemplo um dependente químico que comete crimes de menor potencial ofensivo, ingressa no sistema prisional e, sem receber tratamento adequado, acaba reiterando na prática criminosa, pondo em risco a ordem pública, sendo assim encarcerado. Por isso, de acordo com o juiz, "o número de presos provisórios no Brasil não é, necessariamente, reflexo de uma política de encarceramento do Judiciário".

De acordo com o desembargador Marcílio Eustáquio Santos, supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do TJMG, os presídios de Minas Gerais apresentam dificuldades estruturais semelhantes aos de outras unidades prisionais do País. Para ele, o número de vagas e de agentes prisionais são outros desafios a serem vencidos.

Segundo o magistrado o Tribunal tem atuado para melhorar os pontos mais críticos identificados no sistema prisional, a fim de disponibilizar novas vagas e garantir o uso mais racional das existentes. Entre as iniciativas que têm como objetivo reduzir as taxas de ocupação nos presídios, estão a aplicação adequada da prisão preventiva, a análise de benefícios da execução penal, o uso de tornozeleiras eletrônicas e a catalogação de detentos com perfil para serem transferidos para as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs).

Para o desembargador, a carência de estrutura do sistema penal para ressocializar o detento efetivamente, e lhe proporcionar condições de seguir afastado da reincidência criminal, é um dos principais problemas do sistema penitenciário. ■



"O número de presos provisórios no Brasil não é, necessariamente, reflexo de uma política de encarceramento do Judiciário" juiz Thiago Colnago

Caminhos Literários

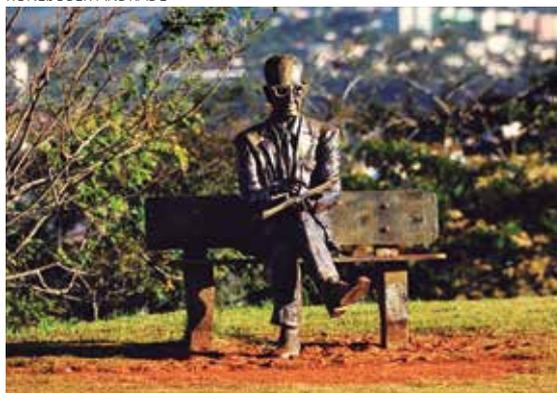
Museus revelam universo de Drummond e Guimarães Rosa

Até bem poucos anos atrás, Belo Horizonte podia ser considerada refúgio para quem desejava ficar longe da folia durante o feriado de Carnaval. Entretanto, com o surgimento de centenas de blocos de rua, a capital mineira tornou-se destino de foliões de todo o País.

Com esse fenômeno, os caminhos se inverteram e quem deseja tranquilidade e descanso durante o Carnaval, agora, busca refúgio fora da capital mineira. Dois desses destinos podem ser Itabira e Cordisburgo, onde os visitantes podem conhecer, respectivamente, o universo literário de Carlos Drummond de Andrade e Guimarães Rosa.

Em Itabira, o Museu de Território Caminhos Drummondianos, formado por 44 trechos com poemas de Carlos Drummond de An-

RONEUJBER ANDRADE



Estátua de Drummond de Andrade em Itabira

drade, resgata a história da cidade a partir de uma viagem pela obra do poeta. Em cada ponto, placas com poemas referenciam atos, locais e personagem que fizeram parte da vida do escritor.

O passeio pode incluir ainda as intervenções dos 'Drummondzinhos': crianças e adolescentes que recitam de forma teatral as poesias do artista. No Museu Casa Guimarães Rosa, em Cordisburgo,

que retrata a infância e adolescência do escritor, também é possível ver crianças da trupe 'Miguelins' declamando parte da obra Roseana.

A visita a Cordisburgo possibilita ainda aos amantes da literatura conhecerem as paisagens e os lugares citados por Guimarães Rosa em seus livros. A caminhada tem pouco mais de quatro quilômetros pelo sertão mineiro e, ao longo do percurso, são contadas histórias e cantadas canções relacionadas à vida e ao trabalho do autor. ■



Mais informações no site
<http://bit.ly/1XOS6pV>

Exposição Alfredo Volpi

Museu Inimá de Paula expõe 30 pinturas do pintor modernista

Os apreciadores das artes plásticas têm até o mês de abril para conhecer parte da obra do pintor ítalo-brasileiro, Alfredo Volpi. A mostra está sendo realizada no Museu Inimá de Paula, em Belo Hori-

zonte, onde estão sendo expostas 30 pinturas do artista.

A exposição reúne obras das décadas de 1940 a 1980, apresentando um panorama da carreira do pintor, e inclui a série "Bandeirinhas", um dos mais conhecidos trabalhos do pintor, que é considerado um dos mais importantes nomes

da segunda geração do modernismo.

Volpi nasceu em Lucca, na Itália, em 1896, e emigrou para São Paulo com seus pais em 1898. Em 1911, começou a pintar murais decorativos e, em seguida, trabalhos com óleo sobre madeira. A partir de 1933, o artista passou a in-



Mais informações no site
museuinimadepaula.org.br

tegrar o Grupo Santa Helena, do qual participavam pintores como Mario Zanini e Fulvio Pennacchi. No final dos anos 1930, desenvolveu seu trabalho mais a partir da memória do que da observação pura. ■

São João del-Rei prepara festival

Universidade abre edital para envio de projetos culturais

A Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) publicou os editais para a inscrição de projetos para o 29º Inverno Cultural da instituição, que deverá ser realizado dos dias 22 de julho a 30 de julho, nesta cidade e em outros campus da UFSJ.

Poderão ser inscritas iniciativas nas áreas de artes cênicas (dança, circo e teatro) e de música (shows, recitais, concertos e outros), e apresentadas propostas de oficinas, aulas abertas, contação de histórias, performances poéticas, exposições de artes, mostras de vídeo

e cinema, e lançamentos de livros.

As propostas aprovadas deverão receber recursos entre R\$ 800,00 a R\$ 8 mil, distribuídos de acordo com cada categoria e com a classificação, e que devem ser utilizados na execução do projeto. Para as modalidades

mostra de vídeo, cinema e lançamento de livros não haverá remuneração.

O envio das propostas pode ser feito até o dia 17 deste mês. Para mais informações, veja os editais no site www.ufsj.edu.br/fauf. ■



Veja o edital no site
ufsj.edu.br/fauf

Regras das colônias

Grupo familiar do associado pode se hospedar fora da alta temporada

EDUARDO CERQUEIRA



Ilha do Japonês, em Cabo Frio

Durante o recesso escolar, e com a proximidade dos feriados de Carnaval e da Semana Santa, a taxa de ocupação nas Colônias de Férias da Amagis tem grande alta, chegando a 100% das casas ou apartamentos das unidades de Cabo Frio, Ubatuba, Nova Viçosa, Caldas Novas e Caxambu.

Para garantir que o maior número de associados possa usufruir das acomodações oferecidas pela Amagis, o regulamento das colônias determina que, nos períodos em que há grande procura, as vagas serão definidas por sorteio, exclusivamente para associados. Durante a alta temporada, o uso das unidades é vedado aos integrantes do grupo familiar.

Fora desse período, o grupo familiar – formado pelo pai, mães, cônjuge ou companheiro (a), filhos enteados, netos, tutelados e curatelados, genros e noras – poderá fre-

quentar as Colônias de Férias com a autorização e sob a responsabilidade do associado titular, mediante o pagamento de diária e indicação do período de estadia.

Em caso de desistência da reserva, o usuário só terá a restituição integral do valor pago quando o cancelamento for comunicado formalmente com antecedência igual ou superior a 70 dias. Passado esse prazo, a devolução dos valores pagos para a hospedagem será feita proporcionalmente ao número de dias em que a desistência for manifestada, conforme estipula o regulamento das colônias (veja ao lado).

O grupo familiar deverá ser cadastrado no Departamento de Serviços Administrativos e Patrimônio da Amagis, pelo telefone (31) 3079-3459, enviando fax para (31) 3079-3458, ou pelo e-mail cacia@amagis.com.br. ■



Veja o regulamento das colônias no site <http://bit.ly/2bN9aL8>

Cancelamento de reserva

- ▶ **A desistência manifestada com antecedência igual ou superior a 70 dias à data de utilização implicará na restituição do valor pago integralmente;**
- ▶ **Se feita com antecedência de 50 a 69 dias à data de utilização implicará na restituição de 70% do valor pago;**
- ▶ **Com antecedência de 30 a 49 dias à data de utilização, a restituição será de 50%;**
- ▶ **Se manifestada em prazo inferior a 30 dias da data de utilização, a devolução será de 30%, mediante carta de crédito em nome do desistente;**
- ▶ **Independentemente do prazo de desistência, se houver a utilização do mesmo imóvel, no mesmo período, por outro associado, o desistente terá direito à restituição integral do valor pago;**

Parque Esportivo atrai associados

Magistrados e familiares buscam o espaço para fugir do calor

Com a chegada do verão, o Parque Esportivo da Amagis tornou-se ponto de encontro da magistratura mineira, que busca uma opção de lazer para fugir do calor.

Com infraestrutura completa – piscina adulta e infantil, playground, salão de jogos, academia de ginástica, sauna, vestiário e duas quadras poliesportivas para a prática de futebol, tênis, basquete, peteca e vôlei –,

o Parque Esportivo está localizado ao lado da sede da Amagis (Rua Albita, 194), em Belo Horizonte.

O espaço funciona de terça-feira a sexta-feira, de 8h às 22h, e sábado, domingo e feriado, de 8h às 18h. A sauna é ligada de terça-feira à sexta, de 18h às 21h30, e, no final de semana e feriado, de 10h às 16h30. Nas segundas-feiras, o parque é fechado para manutenção. ■

TIAGO PARELLA



Crianças brincam no Parque Esportivo



AMAGIS

Juíza Vânia da Conceição Pinto Borges

Em que período a alienação parental passa a ser observada pelo Judiciário?

A síndrome de alienação parental começou a ser estudada na segunda metade da década de 1980, nos Estados Unidos, pelo professor de psiquiatria infantil da Universidade de Colúmbia, Richard Gardner, que atuava em perícias judiciais. Desde então, o tema vinha sendo tratado pela doutrina, e o próprio Judiciário aplicava os casos com as características da síndrome, mesmo sem ainda tipificá-lo como alienação parental. Em 2010, com o direito positivado, a alienação parental foi definida e caracterizada na Lei 12.318.

O que caracteriza a alienação parental?

Em linhas gerais, de acordo a lei, a alienação parental é a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por pessoas que tenham a guarda ou até a vigilância dessa criança ou adolescente, a fim de que elas repudiem o genitor e até outros familiares, no sentido de obstar a convivência, o direito de visitação, impedido qualquer tipo de contato, causando assim prejuízo à manutenção de vínculos com o genitor-alvo.

Em quais situações ocorre a alienação parental?

No final de um relacionamento afetivo há a tendência de que as pessoas sofram com um sentimento de angústia, estresse e decepção. Muitos casais não conseguem trabalhar bem o término do relacionamento e passam a transferir esse problema para o filho, utilizando-o como instrumento de retaliação pelo inconformismo com o término da relação.

Existem ainda casos motivados pela mudança da condição econômica, divisão de bens e até mesmo porque a pessoa entende que deve ter a posse exclusiva da prole. Pesquisas indicam que 80% dos casais em separação podem desenvolver algum tipo de alienação parental.

Quais os casos mais comuns?

O caso mais comum ocorre quando o genitor que tem a guarda quer, aos poucos, afastar o filho do contato e da convivência do genitor-alvo. É preciso ter claro que a convivência familiar é um direito consagrado na Constituição, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e em convenções da criança e do adolescente.

A convivência familiar é importante para que o filho tenha uma boa formação no seu sentido amplo, que compreende desde aspectos psíquicos a sociais. A partir do momento em que a criança e o adolescente não têm a convivência com

ambos os genitores, a formação do filho pode ser prejudicada.

Quais os principais atos que caracterizam a alienação parental?

A lei exemplifica algumas formas de alienação parental, como a campanha de desqualificação; falsa denúncia contra um genitor e seus familiares; omissão de informações pessoais do filho como médicas e escolares; mudança de domicílio com fins de dificultar a convivência, e dificultar a convivência do genitor com o filho no direito à visitação já estabelecida judicialmente.

Como evitar a alienação parental?

Em audiências de conciliação, é importante que os advogados esclareçam seus clientes e que os pais tenham consciência da importância do exercício da paternidade responsável. Em casos nos quais não há acordo, a guarda compartilhada é colocada com o objetivo de evitar a alienação parental. Com ela, nenhum dos pais vai se sentir como autoridade principal em relação ao filho. Ambos irão exercer os direitos em igualdade. Isso evita que um tenha tempo de trabalhar o processo de alienação parental. ■

No final de um relacionamento afetivo, muitos casais tendem a transferir para os filhos os problemas surgidos com a separação e que podem ter como consequência a alienação parental. É o que observa, na prática, a juíza Vânia da Conceição Pinto Borges, da Vara Cível, Criminal e Infância e Juventude de Itabirito (Grande BH).

A pesquisa da Associação de Pais e Mães Separados, que aponta a tendência de 80% de casos de alienação parental nas separações, confirma essa avaliação. Para a magistrada, a gestão compartilhada pode ser uma forma de se evitar o problema.

“Muitos casais não conseguem trabalhar bem o término do relacionamento e passam a transferir esse problema para o filho”

“A convivência familiar é importante para que o filho tenha uma boa formação no seu sentido amplo, que compreende desde aspectos psíquicos a sociais”

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO



Direitos dos animais

A nova lei de proteção de cães e gatos prevê multas de até R\$ 3 mil reais por maus-tratos e transferência, aos municípios, a responsabilidade para a identificação e o controle dos animais. Participam do programa, o desembargador Rogério Medeiros, da 13ª Câmara Cível do TJMG, e Anelisa Cardoso Ribeiro, promotora coordenadora do Grupo Especial de Defesa da Fauna do Ministério Público (Foto).

Reforma trabalhista

A Justiça do Trabalho sofreu corte de verbas causando a mudança no horário de atendimento e suspensão de serviços. O Governo Federal estuda mudanças nos Direitos trabalhistas. Falam sobre o desembargador Ricardo Antônio Mohallem, 1º vice-presidente do TRT da 3ª Região, e o juiz Glauco Rodrigues Becho, presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 3ª Região.

PAI-PJ

Os 15 anos do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental, do TJMGs, é tema do Via Justiça. Nossos convidados são o desembargador Jarbas Ladeira, ex-coordenador do Programa Novos Rumos, e Fernanda Otoni Brisset, coordenadora do programa PAI-PJ. O programa PAI-PJ integra, desde 2010, o Projeto Novos Rumos do Tribunal de Justiça.

Direito do Consumidor

O Via Justiça discute os impactos do novo CPC no Direito do Consumidor e o alerta do Procon-MG sobre os falsos sites de compras. Participam do programa, a juíza Cláudia Helena Batista, do Juizado Especial das Relações de Consumo de Belo Horizonte, e o advogado Bruno Lewer, membro da Comissão do Direito do Consumidor da OAB-MG. ■



Aquisição de imóvel

O atraso na entrega de imóveis vendidos na planta é uma queixa recorrente dos consumidores. Quando a decisão pela rescisão do contrato for do consumidor, mesmo que justificada, o percentual de retenção da parte vencedora poderá variar entre 10% e 25%. Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador aposentado Alberto Aluizio Pacheco de Andrade (Foto).

União estável

O Novo Código de Processo Civil trouxe importantes modificações na área de família, mas o destaque ficou por conta da proteção dada aos direitos de quem vive em união estável. Quais são essas mudanças? Houve alterações sobre a pensão alimentícia e partilhas de bens? Quem responde a essas perguntas é o juiz Clayton Rosa de Resende, da 5ª Vara de Família de Belo Horizonte.

Pessoas com deficiência

Dados do IBGE apontam que o Brasil tem mais de 45 milhões de pessoas com deficiência. De acordo com a pesquisa, 61% não têm instrução ou têm somente o ensino fundamental completo. Quais são as razões da baixa inclusão social? O que fazer para que os direitos saiam da Constituição e virem realidade? Participa do programa, a juíza Angelique Ribeiro de Souza, da 21ª Vara Cível de Belo Horizonte.

Direito à herança

Conhecer o processo de inventário e seus pormenores pode ser importante para evitar que a morte de um ente fique ainda mais difícil. Nosso convidado é o juiz Antônio Carlos Parreira, auxiliar da presidência do TJMG. No se apuram os bens, direitos e a as dívidas do falecido para chegar à herança líquida, que é o que de fato será transmitida aos herdeiros. ■

TV ASSEMBLEIA

Sexta-Feira, às 23h

TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30

TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30

TV

TV JUSTIÇA

Sexta-feira, às 9h30

TV COMUNITÁRIA

Sábado, às 22h

PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA

Valores recebidos não ultrapassam o teto constitucional

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

Frequentemente, blogs, portais, revistas e jornais do País têm insistido em divulgar elevados salários recebidos por juízes e desembargadores, muito acima do teto salarial estabelecido pela Constituição da República, baseados em equivocadas pesquisas no Portal da Transparência.

Cabe esclarecer que o Portal da Transparência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, vem sendo publicado regularmente, em cumprimento da Resolução nº 102/2009, do Conselho Nacional de Justiça, atendendo, assim, ao disposto na Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2012) e na Resolução nº 151, de 05 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.

Por mais que as Associações de classe esclareçam, a desinformação persiste. Os valores recebidos que ultrapassam o teto constitucional NÃO CORRESPONDEM A SALÁRIOS e, sim, à parcela do passivo relativo à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), instituída pela Lei nº 8.448/92, que trata da equivalência salarial dos integrantes dos três poderes, constituindo um direito reconhecido à Magistratura pelo Supremo Tribunal Federal (ACO nº 630-9/DF), desde o ano de 2000, em decisão transitada em julgado,

e até hoje não quitada. Portanto, a dívida recebida e que está nos contracheques de alguns magistrados é referente ao passivo que deixou de ser pago, incluindo ministros de tribunais superiores, que estavam no exercício de suas atividades no período de setembro de 1994 a dezembro de 1997.

Tal passivo, estendido a todos os juízes brasileiros, já deveria ter sido pago há mais de 15 anos. Ao contrário, vem sendo rolado ano a ano. Bem por isso, valores menores amortizados, eventualmente, em pequenas parcelas, atingiram montantes expressivos. Não se trata, pois de salário, mas de uma dívida que vem sendo paga aos poucos. Em outras palavras, postergada. Em Minas Gerais, quitada parceladamente em havendo a disponibilidade de recursos, jamais de uma única vez.

Para melhor compreensão da matéria, importa realçar que, em 1992, uma legislação federal (Lei nº 8.448/92) passou a garantir aos juízes e desembargadores de todo o País a equivalência de benefícios com deputados e senadores, determinando aos tribunais o pagamento de valor semelhante a seus membros. Como a lei deixou de ser cumprida entre 1994 e 1997, em setembro de 1999, a Associação

dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) ajuizou ação no Supremo para garantir a parcela aos magistrados.

Em fevereiro de 2000, o então ministro do STF Nelson Jobim, relator do processo, atendendo requerimento da Ajufe, concedeu liminar determinando o acréscimo da Parcela Adicional de Equivalência (PAE) aos vencimentos e o pagamento dos retroativos, correspondente ao aumento geral que havia sido concedido aos parlamentares, sob o título de "auxílio moradia". Em 1998, grande parte dos apartamentos funcionais cedidos gratuitamente aos parlamentares deixou de ser devolvida. Assim, para atender aos reclamos dos novos deputados, a Câmara dos Deputados, no dia 1º de dezembro de 1988, pelo Ato nº 104, criou um "auxílio moradia", contemplando todos os parlamentares, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Sem dúvida, indisfarçável aumento geral de vencimentos. Ao mesmo tempo, o STF editou a Resolução 195/00, transmitida aos presidentes dos demais Tribunais, estendendo a parcela para todos os magistrados brasileiros, constando, entretanto, do expediente enviado, por um

equivoco, que se tratava de auxílio-moradia. Em agosto de 2002, a ação foi extinta, e desde então, as Associações que representam os magistrados cobram os atrasados. Esse passivo foi reconhecido somente há

cinco anos, em 2011, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Uma rápida análise das folhas de pagamento disponíveis no Portal da Transparência do TJMG revela que os juízes e desembargadores do TJMG, além da análise do Portal de Transparência dos demais tribunais, ao contrário do que sugerem, ou insinuam, algumas notícias panfletárias e levianas, recebem subsídio mensal fixo e em parcela única. Em suma, os tribunais têm observado, rigorosamente, o teto constitucional.

Como bem realçou Gil César Dantas Bruel, juiz de Direito aposentado e advogado, em artigo intitulado "Auxílio Moradia- não se deve confundir o pai com a PAE": "Como se depreende, o 'auxílio moradia', que foi pago como aumento geral de vencimentos aos parlamentares pode ser considerado PAI do direito gerado aos magistrados, mas, não pode, nem deve ser confundido com a P.A.E (Parcela Adicional de Equivalência), cujos atrasados estão sendo pagos aos magistrados, avolumados pela correção monetária, para cumprimento de decisão judicial do STF prolatada há mais de uma década." ■

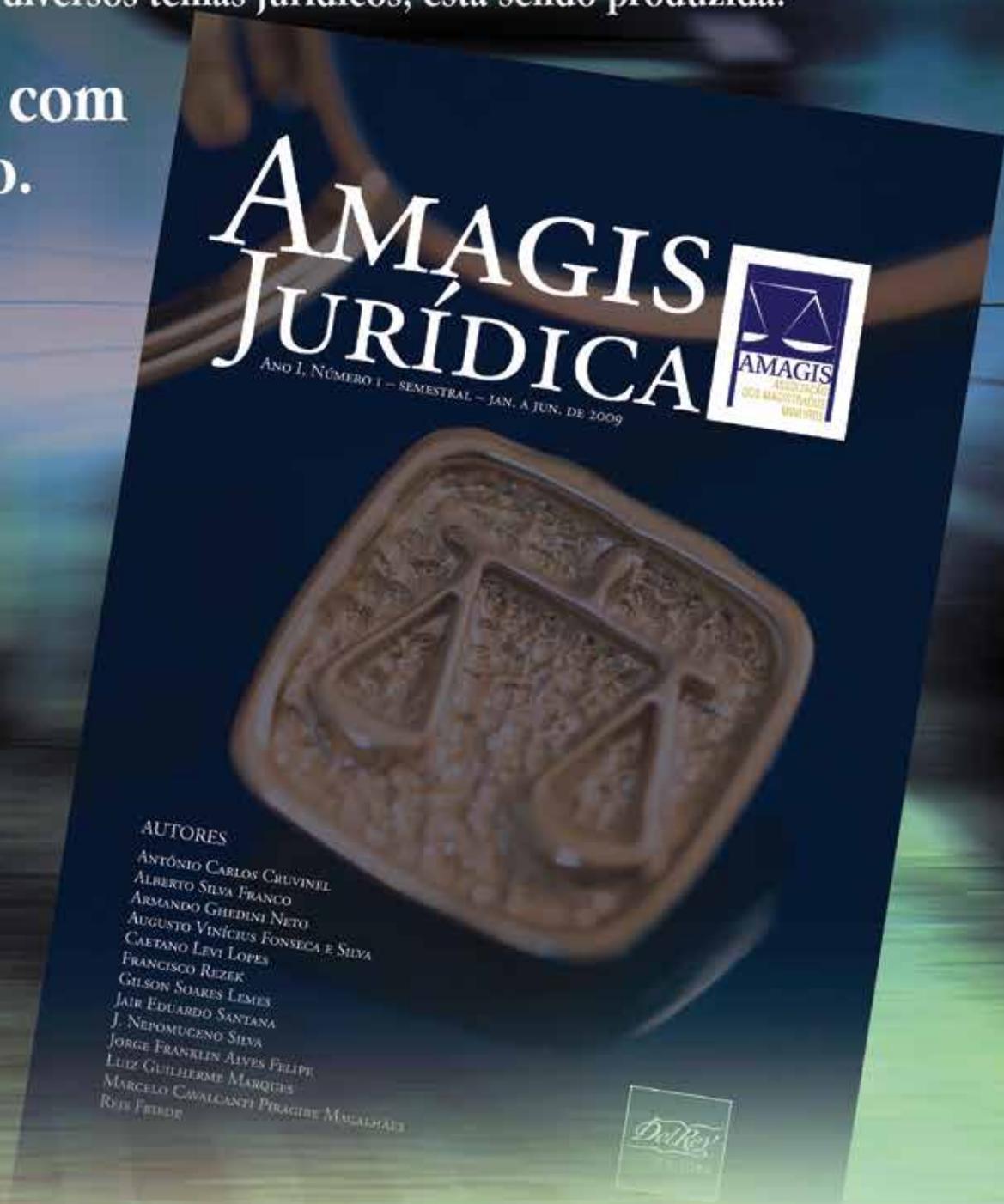
(*) Desembargador

"POR MAIS QUE AS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE ESCLAREÇAM, A DESINFORMAÇÃO PERSISTE. OS VALORES RECEBIDOS QUE ULTRAPASSAM O TETO CONSTITUCIONAL NÃO CORRESPONDEM A SALÁRIOS"

Compartilhe seus conhecimentos jurídicos

A Revista Amagis Jurídica, que reúne textos dos magistrados mineiros sobre diversos temas jurídicos, está sendo produzida.

Colabore com
seu artigo.



AUTORES

ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL
ALBERTO SILVA FRANCO
ARMANDO GHIDINI NETO
AUGUSTO VINÍCIUS FONSECA E SILVA
CAETANO LEVI LOPES
FRANCISCO REZEK
GILSON SOARES LEMES
JAIR EDUARDO SANTANA
J. NEPOMUCENO SILVA
JORGE FRANKLIN ALVES FELIPE
LUIZ GUILHERME MARQUES
MARCELO CAVALCANTI PRAGIBE MUGALHAI
REIS FRIDDE

Para participar, os interessados devem enviar o texto na fonte Arial, corpo 12, espaço entre linhas de 1,5, no máximo 30 mil caracteres ou 20 laudas, incluindo capa, folha de rosto e bibliografia para o e-mail

imprensa@amagis.com.br



lucastleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



jonastleiloeiro.com.br

Sr(s) Magistrado(s): Realize seus leilões com o Leiloeiro Público Oficial



Publicidade



Suporte Jurídico



Site com 100.000 visualizações mês



Equipe especializada e Treinada



Software exclusivo e cadastro de arrematantes e interessados.

Leilões On line e Simultâneos



(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Recuperação Judicial

Falência

Execução

Despachantes - Engenheiros
Economistas - Liquidantes Judiciais
Corretores Imobiliários - Contabilistas
Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocrédito.com.br

Febre Amarela preocupa Minas

Após oito anos, Estado volta a registrar casos da doença

AGENCIA EBC



Oito anos após registrar, em Ubá (Zona Mata), o último caso de febre amarela silvestre contraída em Minas Gerais, no início de 2017, novos casos desse tipo da enfermidade foram registrados em municípios da região leste (Teófilo Otoni, Coronel Fabriciano, Manhumirim e Governador Valadares).

A febre amarela é uma doença infecciosa causada por vírus e transmitida principalmente pelo mosquito Haemagogus, nas regiões silvestres, e pelo Aedes aegypti em áreas urbanas, o que reforça a importância das medidas contra a proliferação do mosquito e preventivas, como o uso de mosquiteiros, repelentes e, principalmente, a vacinação. A doença não é transmitida de uma pessoa para outra.

Geralmente, quem contraiu a doença pode apresentar sintomas, mesmo que fracos, como febre, calafrios, cansaço, dor muscular, dor de cabeça, náuseas e vômitos por cerca de três dias. Na forma mais grave e rara da febre amarela, as pessoas infectadas apresentam insuficiências hepática e renal, olhos e pele amarelados, febre hemorrágica e cansaço intenso.

A Amagis e Amagis Saúde fizeram várias tentativas de compra de vacinas para imunizar os associados. Entretanto, o Instituto Bio-Manguinhos, único fabricante brasileiro, está fornecendo o medicamento exclusivamente para o poder público. Em Minas Gerais, de acordo com a Secretaria de Estado da Saúde, é possível receber a vacina em todos os postos de saúde. ■

DICAS

CIRURGIA REFRACTIVA – EXCIMER LASER



A cirurgia refrativa, também conhecida como Excimer Laser é um procedimento eletivo que tem por objetivo a correção cirúrgica das ametropias (miopia, hipermetropia e astigmatismo) e da presbiopia (dificuldade para ler de perto), de modo a reduzir ou mesmo eliminar a necessidade constante de utilização de aparelhos para correção visual, como óculos ou lentes de contato.

Esse evento é coberto pela Amagis Saúde, entretanto, possui critérios definidos no regulamento do plano, seguindo as diretrizes de utilização definidas pela Agência Nacional de Saúde, e necessita de autorização prévia.

A cobertura é garantida para pacientes com mais de 18 anos e grau estável há pelo menos um ano, quando preenchido pelo menos um dos seguintes critérios, por olho:

- **Miopia moderada e grave, de grau entre menos cinco a menos dez, com ou sem astigmatismo associado com grau até menos quatro com a refração medida através de cilindro negativo;**
- **Hipermetropia até grau seis, com ou sem astigmatismo associado com grau até quatro, com a refração medida através de cilindro negativo.**

Em caso de dúvidas, entre em contato com o atendimento da Amagis Saúde pelos telefones: (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 e (31) 3079-3481, de 2ª a 6ª de 7h as 19h e aos sábados de 8h as 13h15. ■



Veja a lista de postos de Saúde em Belo Horizonte no site <http://bit.ly/2jtMCVK>

Demonstrativo do IR está disponível no site

Associados podem emitir o documento na página da Amagis Saúde

A partir do dia 2 de março, a Receita Federal começa a receber as declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física de 2017, referente ao ano de 2016. Para facilitar o acesso às informações e agilizar o preenchimento da documentação pelos associados, a Amagis Saúde disponibilizou o Demonstrativo Anual de Despesas Médicas no site amagissaude.com.br.

Para gerar o documento, basta acessar a área do beneficiário, no alto do site, e, depois de ser direcionado para uma seção interna, o usuário deve clicar na opção "acesse a área do beneficiário". Em seguida, o site abrirá uma nova página, na qual deverá ser informado o tipo de acesso, usuário e senha.

Feito o "login", o usuário deve escolher a opção "Relatórios", "Extrato de IRPF Anual" e depois, clicar na opção "Gerar".

FACILIDADES

A emissão do demonstrativo para o Imposto de renda é apenas uma das funcionalidades disponíveis no site da Amagis Saúde com o objetivo de facilitar o dia a dia do associado. Entre os recursos oferecidos, está a consulta do extrato mensal de despesas que pode ser feito pelo computador, smartphone ou tablet.

No extrato mensal, o associado obtém informações como

PIXABAY



nome do usuário, data do atendimento, informação do credenciado, descrição do serviço, despesas que competem à Amagis Saúde, e a taxa de coparticipação devida pelo usuário.

CRENCIADOS

Outro recurso criado para agilizar o atendimento ao usuário é a consulta à rede credenciada do plano, composta por cerca de 2 mil prestadores de serviços que atuam em toda Minas Gerais.

A ferramenta para pesquisa está disponível do lado direito das principais páginas do site, e pode ser feita a partir da escolha da cidade, bairro, tipo de estabelecimento e o nome do prestador de serviço.

A consulta da relação dos prestadores de serviço do plano Grupo de Estados deve ser feita no menu Rede Credenciada, disponível no alto do site, selecionando a opção Rede Credenciada Grupos de Estados. Nesse caso, o usuário será direcio-

nado a uma página com os links para os sites da Cabesp (São Paulo) e Caberj (Rio de Janeiro).

ACESSO

Os associados que não tiverem o login e a senha podem obter esses dados diretamente no site, na Área do associado, clicando no botão Solicite aqui o seu acesso ao portal, pelo e-mail tisaude@amagis.com.br ou no setor de informática da Amagis Saúde pelo telefone (31) 3079-3497. ■



Acesse o
demonstrati-
vo médico
no site
amagissaude.com.br